



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Decisão nº 144583798/2026-CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Processo: 08455.020807/2025-99

Assunto: Recurso Administrativo em sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 90021/2025 - SR/PF/RJ

DECISÃO DO RECURSO

Recurso Administrativo - Não Provido

Processo: 08455.020807/2025-99 - Pregão Eletrônico nº 90021/2025 - Item 1 (Vigilância)

Recorrente: ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - CNPJ nº 03.372.304/0001-78

Recorrida: VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - CNPJ nº 10.380.412/0001-58

I. RELATÓRIO

A Recorrente interpôs recurso administrativo contra a decisão que habilitou a empresa VIGFAT Vigilância Patrimonial Ltda, alegando desconformidades na planilha de custos, especialmente quanto ao vale-transporte, benefícios de alimentação e provisões trabalhistas, com destaque para aviso prévio trabalhado e conta depósito vinculada.

A Recorrida apresentou contrarrazões, sustentando a regularidade de sua proposta e informando que eventuais questionamentos foram devidamente sanados por meio de diligências.

II. DA ADMISSIBILIDADE

O recurso é **CONHECIDO**, porquanto tempestivo e atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no edital e na legislação vigente.

III. DO MÉRITO

1. NATUREZA REFERENCIAL DAS ESTIMATIVAS E ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE

As estimativas constantes dos documentos de planejamento da Administração (ETP/TR e planilha modelo) destinam-se a orientar a formulação das propostas, não vinculando rigidamente a composição de preços, desde que inexista afronta a normas legais cogentes ou vício capaz de tornar inexecutível o preço global.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que eventual inexecutibilidade de itens isolados da planilha, desde que não contrarie a legislação aplicável e desde que o preço global se revele suficiente à execução contratual, não constitui motivo bastante para desclassificação.

No caso concreto, não restou demonstrado que o preço global da proposta apresentada pela Recorrida seja insuficiente para a execução do objeto, tampouco se identificou violação direta a normas legais de observância obrigatória. As dúvidas pontuais suscitadas foram objeto de diligências e esclarecimentos, sem indicação de risco concreto ao cumprimento do contrato. Assim, não se vislumbra fundamento para afastar a habilitação com base em suposta inexecutibilidade – que fora comprovada pela expressa manifestação da Recorrida, nos anexos da sessão pública, vinculando a proposta da empresa à Administração Pública.

2. VALE-TRANSPORTE (VT)

A Recorrente defende a obrigatoriedade de parametrização pelo Bilhete Único Intermunicipal – BUI. Contudo, a legislação do vale-transporte (Lei nº 7.418/1985) impõe ao empregador o dever de antecipar ao empregado os valores necessários ao custeio do deslocamento efetivo no percurso residência-trabalho-residência, utilizando transporte coletivo, não estabelecendo teto tarifário obrigatório a ser adotado previamente na fase de composição de preços.

O BUI, no Estado do Rio de Janeiro, consiste em benefício tarifário com valor máximo por integração, aplicável às hipóteses de deslocamento intermunicipal. Todavia, sua existência não impõe, por si só, a obrigatoriedade de utilização desse parâmetro em todos os casos, especialmente quando o deslocamento do posto de trabalho é intramunicipal.

Nesse contexto, é juridicamente admissível que a licitante estime tarifa municipal para trajetos intramunicipais, assumindo o dever legal de custear eventuais integrações intermunicipais que venham a ocorrer durante a execução contratual, mediante comprovação individualizada, sem que isso implique nulidade da proposta.

Ausente cláusula editalícia expressa que imponha a parametrização obrigatória pelo BUI para todos os postos (circunstância não comprovada nos autos), e, assim, não se verifica violação legal ou editalícia.

3. BENEFÍCIOS DE ALIMENTAÇÃO E PAT

O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Lei nº 6.321/1976) possui adesão facultativa e admite a coparticipação do empregado, nos limites legais e regulamentares. Tal adesão não autoriza, contudo, o afastamento de direitos previstos em convenção coletiva de trabalho.

Por outro lado, inexistente vedação para que a licitante estruture o benefício com coparticipação, desde que respeitado o piso normativo aplicável e que não haja redução artificial da base de cálculo dos encargos. Não havendo prova de descumprimento da CCT pela Recorrida, e tendo sido realizadas diligências saneadoras, não se configura irregularidade apta a ensejar inabilitação.

4. Conta depósito vinculada (IN nº 5/2017) e aviso prévio trabalhado

O edital remeteu à Instrução Normativa nº 5/2017 e ao seu Anexo XII, que disciplinam a conta depósito vinculada, com retenção mensal das provisões referentes a 13º salário, férias acrescidas de 1/3 (um terço), multa do FGTS e respectivos encargos, cuja movimentação depende de autorização do órgão contratante e se destina, exclusivamente, ao adimplemento de encargos trabalhistas.

O objetivo central do regime é assegurar o adequado fluxo financeiro dessas obrigações, não havendo imposição normativa de percentuais uniformes para cada subelemento de despesa além do que dispõe a IN.

Quanto ao aviso prévio trabalhado, o TCU, no Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, admitiu, após o primeiro ano de vigência contratual, parcela mensal máxima de 0,194% por ano adicional. Para o primeiro ano, utiliza-se, em geral, o parâmetro referencial de 1,94% (7/30/12). Ainda assim, a Corte de Contas reconhece o caráter estimativo da planilha de custos, cabendo à Administração avaliar a suficiência do preço global e a regularidade do fluxo das provisões na conta vinculada.

Mesmo que se considere recomendável eventual ajuste da rubrica no primeiro ano, trata-se de ajuste aritmético sanável, não configurando vício que inabilite a Recorrida, especialmente na ausência de demonstração de insuficiência do preço global ou risco de inadimplemento das obrigações trabalhistas.

5. Síntese: inexistência de vício material apto à desclassificação

Itens isolados: As controvérsias apontadas não evidenciam ilegalidade nem insuficiência do preço global, enquadrando-se como ajustes saneáveis, dentro da margem técnica admitida pela jurisprudência do TCU.

Vinculação ao edital: Não foi comprovada exigência editalícia específica quanto à parametrização obrigatória pelo BUI para todos os postos.

Conta vinculada: O regime protetivo da IN nº 5/2017 será aplicado integralmente na execução contratual, permitindo ajustes sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro e sem transferência de riscos trabalhistas à Administração.

Dessa forma, as alegações apresentadas não demonstram violação legal ou editalícia apta a afastar a afastar a aceitação da proposta bem como a habilitação da empresa Recorrida.

IV. DO ALEGADO CARÁTER PROTETATÓRIO

Embora a Recorrida tenha suscitado precedentes relativos a recursos de caráter protetatório, não se identificam, no caso concreto, elementos que caracterizem má-fé da Recorrente. O recurso não merece provimento, porém a mera divergência quanto à análise técnica não caracteriza a aplicação de sanção.

V. RECOMENDAÇÕES

Por cautela administrativa e publicidade, recomenda-se que:

A empresa contratada reapresente, por ocasião da assinatura ou adequação contratual, planilha de custos consolidada, com memória de cálculo final, explicitando as premissas adotadas quanto a vale-transporte, benefícios de alimentação e provisões trabalhistas, em conformidade com a IN nº 5/2017.

A fiscalização contratual acompanhe rigorosamente o correto depósito e a movimentação da conta depósito vinculada, exigindo a comprovação dos eventos trabalhistas para liberação dos valores, nos termos da Instrução Normativa nº 5/2017.

VI. DECISÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO** do recurso interposto por ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - CNPJ 03.372.304/0001-78 e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão que **HABILITOU** a empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - CNPJ 10.380.412/0001-58, no Pregão Eletrônico nº 90021/2025 - SR/PF/RJ, por não restarem comprovadas violações legais ou editalícias capazes de comprometer a exequibilidade da proposta, permanecendo eventuais ajustes aritméticos como sanáveis no âmbito da execução contratual, observado o regime da conta depósito vinculada e a fiscalização contratual.

Encaminhe-se à autoridade competente para deliberação.

As razões constantes neste documento serão, de pronto, cadastradas no sistema correspondente, para conhecimento dos interessados e encaminhamento à autoridade superior. Após sua decisão final, ambas e a manifestação desta CPL serão publicadas no Portal da Polícia Federal por meio do link:

<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2025/rio-de-janeiro/pregao-eletronico/pregao-eletronico-ndeg-90-021-2025>.

Neste mesmo ensejo, após a **Decisão da Autoridade Superior no sistema Compras.Gov**, solicita-se a **Adjudicação e Homologação** do resultado no referido sistema.

MAGDA MARTINS MAGALHÃES

Agente Administrativa - Matrícula PF nº 13.384
Pregoeira no Pregão Eletrônico nº 90021/2025



Documento assinado eletronicamente por **MAGDA MARTINS MAGALHAES, Pregoeiro(a)**, em 05/02/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144583798&crc=31ED3F0F](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144583798&crc=31ED3F0F).

Código verificador: **144583798** e Código CRC: **31ED3F0F**.

Referência: Processo nº 08455.020807/2025-99

SEI nº 144583798